

Para Cabral, ato é contra Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

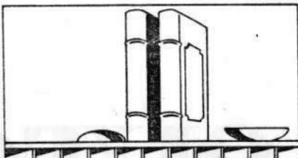
O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse ontem que procurar atingir pela violência o presidente Sarney, no instante de transição entre o autoritarismo e a democracia. "É tentar impedir que o povo brasileiro reencontre o caminho democrático", Cabral afirmou, também, que a agressão ocorrida quinta-feira, no Rio, foi uma tentativa de atingir e procurar desestabilizar a Assembleia Nacional Constituinte.

Bernardo Cabral esteve ontem, pela manhã, com o presidente José Sarney, no sítio de São José do Pericumã, no município de Luziânia, a 60 quilômetros de Brasília, a quem foi entregar uma cópia do anteprojeto da futura Constituição, que ele preparou na sexta-feira. Cabral estava acompanhado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. Antes de viajar para Recife, para fazer uma conferência, Cabral esteve, ainda, com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, com quem conversou sobre as manifestações contra o presidente Sarney. Ele não revelou o teor das conversas com o presidente Sarney e com o ministro do Exército.

Cabral disse que o presidente da República se mostrou muito preocupado com a possibilidade de desencadeamento de outras agressões semelhantes, e interpretou que a possível multiplicação de atos dessa natureza podem atingir um perigoso alvo, qual seja, o retorno do autoritarismo ou, pelo menos, de medidas mais duras para a manutenção da autoridade

de e da segurança do presidente da República.

Já o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que viajou na companhia de Bernardo Cabral para Recife, teve uma interpretação diversa das agressões do Rio, na quinta-feira: "Estão tentando transformar uma agressão — vil, descabida e de todo condenável — num atentado político às instituições, não sei com que finalidade. Irresponsabilidade foi levar o presidente da República à Praça XV, às 18 horas, pois lá é a 'boca do lixo', o cais do porto".



CONSTITUINTE

MUNDANÇAS NO TEXTO

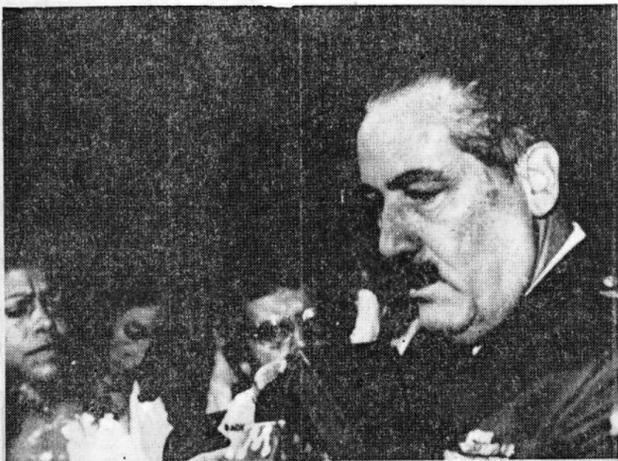
O deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), um dos oito relatores auxiliares de Bernardo Cabral, vai sugerir na reunião de hoje, da Comissão de Sistematização, o que o prazo para apresentação de emendas, que começa a correr hoje, e termina quinta-feira, seja ampliado até 18 de agosto, para que todos os constituintes possam apresentar quantas emendas entenderem necessárias, para alterar o texto do anteprojeto de Constituição, e não apenas a redação do anteprojeto, como está estabelecido pelo

Regimento Interno da Constituinte.

Adolfo de Oliveira foi ontem, pela manhã, à Comissão de Sistematização, para começar a examinar o anteprojeto a fim de constatar se há ou não mudanças dos textos originais dos pareceres das comissões constitucionais temáticas originais.

Ele informou que uma falha clara que encontrou foi a retirada no texto do anteprojeto, de uma disposição feita pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que investia as Assembleias Legislativas de caráter constituinte, para poderem alterar e adequar as Constituições estaduais ao texto maior da futura Constituição. Segundo Adolfo de Oliveira, no texto do anteprojeto, caiu essa faculdade, ficando apenas a determinação de que as Assembleias terão seis meses, a partir da promulgação da futura Constituição, para adaptar as Constituições estaduais, mas não fala do poder constituinte dessas Assembleias.

Também conforme Adolfo de Oliveira, foi alterada a conceituação de empresa nacional. O texto consagrado pela Comissão de Sistematização, no anteprojeto, no seu entender, não é o mesmo adotado pela Comissão de Ordem Econômica. O deputado chamou a atenção para o fato de que nessa primeira fase dos trabalhos ainda não é permitido ao relator-geral fazer alterações sobre o texto aprovado anteriormente nas comissões temáticas. Na primeira fase, lembrou ele, "o trabalho do relator é única e exclusivamente o de compatibilizar os diversos textos recebidos das comissões temáticas".



Moreira: "Não agüento mais essa história de golpe"

A anistia intensifica participação militar

ZENAIDE AZEREDO

As Forças Armadas consideram, em tese, que não devem interferir na condução da política nacional, pois, dentro da democracia que se pretende estabelecer no País, tais assuntos são, necessariamente, da competência das lideranças políticas e do governo civil. Mas a anistia "ampla, total e irrestrita" aos militares, mantida no anteprojeto da futura Constituição pelo relator Bernardo Cabral está sendo usada como argumento dos ministros militares para a participação mais ativa no processo político.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, e da Marinha, almirante Henrique Sabóia, discordam da tese da volta dos militares à política. Até porque, confessa o ministro Moreira Lima, ninguém dentro das Forças Armadas tem interesse em reinvestir naquilo que para os militares implicou mais desgaste do que propriamente vitória política. "Não agüento mais essa história de golpe", desabafou o brigadeiro. Já o ministro da Marinha, habitualmente pouco afeito a manifestações políticas, foi mais incisivo nessa questão: "Mantenho a mesma posição de há dois anos e meio. Não considero que esteja patrocinando uma volta dos militares à política. O que faço é defender uma questão que nos diz respeito — a manifestação contrária a essa anistia —, por considerá-la prejudicial aos pontos basilares de nossa instituição: a hierarquia e a disciplina".

MISSÃO CONSTITUCIONAL

A tese predominante nos meios militares é a de que a participação das Forças Armadas na política, só se justifica como forma de preenchimento do espaço vazio deixado pelo poder civil. Ontem, mesmo diante do quadro delicado com as manifestações do Rio, contrárias ao presidente José Sarney, o ministro da Aeronáutica justificou a presença dos militares no processo da seguinte forma: "Não há vácuo político. O que as Forças Armadas estão fazendo é cumprir sua destinação constitucional, uma vez que são responsáveis pela garantia das instituições e o presidente da República representa uma dessas instituições que devemos defender".

Os ministros militares consideram que as instituições políticas do País ainda são fracas e os partidos políticos também. Os ministros, notadamente o brigadeiro Moreira Lima, acham que os políticos não se devem deixar impressionar quando os militares opinam politicamente

Andrada não aceita Sarney fortalecido

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O vice-líder do PDS na Constituinte, deputado Bonifácio de Andrada (MG), um dos principais defensores do parlamentarismo, anunciou que vai passar a defender o presidencialismo se confirmada a informação de que a liderança do governo, com o apoio do Centro Democrático do PMDB, tentará preservar para o presidente Sarney as funções de chefe de governo e chefe de Estado.

Para o líder governista Carlos Sant'Anna e para o principal coordenador dos liberais do PMDB, Expedito Machado, a Constituinte não pode "cassar" poderes do presidente Sarney, atribuindo ao primeiro-ministro as funções de chefe de governo. A previsão é a de que, nas disposições transitórias da futura Constituição, seria estabelecida a adoção do parlamentarismo somente com a eleição do sucessor de Sarney.

Expedito Machado é autor da emenda, rejeitada nas comissões temáticas, que preserva a função de chefe de governo do presidente. O primeiro-ministro, conforme sugestão do consultor-geral da República, Saulo Ramos, seria um ministro coordenador dos demais membros do gabinete. O que, para o parlamentarista Bonifácio de Andrada, continua sendo uma forma de presidencialismo.

Os presidentes do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, tradicionais partidários do parlamentarismo e por normas de fortalecimento do Legislativo. Já no anteprojeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização, o presidente é apenas chefe de Estado e o primeiro-ministro é escolhido pelo Congresso.

Frente à divisão interna do PMDB na opção pelo sistema de governo e duração do mandato presidencial, Ulysses Guimarães quer evitar decisões na convenção extraordinária marcada para 18 e 19 de julho. Ele alega que essas questões não são programáticas.

Comissão Social sai ganhando

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Tudo o que incidir sobre a folha de salários e sobre o faturamento das empresas será integralmente repassado para a composição financeira do Fundo Nacional de Seguridade Social. Foi difícil chegar a essa decisão, mas, finalmente, pouco antes da entrega oficial do relatório da Comissão de Sistematização ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB/PA), saiu vitorioso. Depois de muitas explicações, ele conseguiu convencer os relatores das comissões da Ordem Econômica e Tributária — como também o relator-geral da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM) e seus auxiliares — da importância política e abrangência social desse fundo. Foi assim aprovado, nesta fase dos trabalhos da Constituinte, que "a folha de salários será base exclusiva para a seguridade social, nada mais podendo incidir sobre ela".

Até o último momento, ainda hesitante, Bernardo Cabral acabou cedendo às argumentações de Almir Gabriel em favor do Fundo Nacional de Seguridade Social com relação também ao salário-educação, custeado até agora com 2,5% recolhidos sobre a folha de salários. Como incidem sobre a folha, esses recursos

também pertencerão integralmente ao Fundo Social. O mesmo acontecerá com a arrecadação dos empregados para o Sesi, Sesc, Senai e Senac, que também será repassada ao Fundo Social. Neste caso, quem vai ao caixa é o empregador, que em compensação repassa esses custos no preço final dos produtos que vende no mercado. Almir Gabriel propõe que a manutenção das atividades de profissionalização dessas entidades seja custeada mediante desconto sobre o lucro das empresas, não sobre o faturamento ou folha de salários, como querem alguns. Quanto ao salário-educação, o relator da Ordem Social continua defendendo sua existência, mas propõe que os recursos obtidos através do desconto na folha sejam substituídos por outras formas de custeio.

Outra questão complicada para Almir Gabriel foi tentar convencer o relator da Comissão Tributária, deputado José Serra, de que "a contribuição incidente sobre a renda da atividade agrícola" — que também comporá o Fundo Nacional de Seguridade Social — não é tributação. Serra ainda acha que isso é taxa sobre o imposto de Renda, mas Gabriel, assessorado por tributaristas, manteve sua argumentação e, também neste caso, saiu vitorioso. Ele conseguiu provar que esta taxa adicional será sobre o lucro das empresas, portanto, não pode ser vista como tributação. E seu texto foi

mantido na íntegra no relatório de Cabral.

O Fundo Nacional de Seguridade Social — menina dos olhos do senador — destina-se a financiar a expansão estadual da rede básica de serviços de saúde, programas de assistência social, microsistemas de saneamento (água e esgoto), construção de habitações populares, seguro-desemprego e também um outro fundo (o do patrimônio individual do trabalhador), que substituirá o FGTS e visa assegurar-lhe, quando desempregado, recursos para montar até um negócio próprio para sua sobrevivência. E será deste fundo único que sairão, no mínimo, 30% da receita global para o setor de saúde, que pelo atual texto constitucional ficará subordinado à seguridade social. Este aspecto não está agradando aos sanitaristas nem aos constituintes ligados mais diretamente a esta área.

Almir Gabriel revelou ainda que, sobre a folha de salários, incidirá mais de uma dúzia de tipos diferentes de recolhimentos compulsórios para financiar programas que, muitas vezes, nada têm que ver com benefícios sociais aos trabalhadores, como: Programa de Integração Nacional (PIN), reforma agrária e construção de escolas. Como distribuir os tributos entre a ordem econômica e a social foi o que mais tempo consumiu dos relatores auxiliares de Cabral.

Fim do baile?

GERALDO FORBES

A orquestra tocou uma valsa dolente...e, enquanto isto, consumiram-se o confisco dos salários e o confisco dos rendimentos da poupança. A coisa ficou tão óbvia que até mesmo os economistas conseguiram perceber o fato.

É claro que ninguém pode sair por aí dando pulos de alegria porque foi turgado, mas acontece que, simplesmente, não havia qualquer outro jeito de se tentar sair deste buraco.

Nele entramos com a festa da fraude eleitoral do ano passado e nele nos enterramos com a orgia da compra de apoios para a extensão do mandato. Tudo culpa e dolo do Sarney. Mas, feito o rombo, tinha de ser um dia tapado, ou nos engolia a todos. E, para tapá-lo, só lançando novos impostos. Não havendo tempo ou forma para isso, lançou-se o confisco.

Esta é a verdade e é uma pena que o governo insista em mentir, como se fôssemos sempre imbecis tutelados por uns gênios. Talvez tivesse até mais apoio, se fosse menos falso. Os brasileiros são capazes de entender a gravidade da situação e a necessidade de saná-la.

Isto dito, falta só dizer que a verdadeira questão, agora, é saber se o buraco vai ser efetivamente fechado, com este nosso sacrifício, ou se as toupeiras do Sarney vão continuar a cavá-lo, com os festivais do déficit público.

O presidente-usurpador, até agora, só anunciou cortes nas suas intenções de gastos, e não nos gastos propriamente ditos. O ministro do Planejamento reforçou, esta semana, tal declaração de boas intenções, mas ocorre que uma manifestação do Aníbal Teizaira tem, para qualquer pessoa de juízo, tanto valor quanto um discurso do simpático Bozo.

Faltam atos e sobram desconfianças. Desde a nova jura, já se viu um empréstimo de US\$ 150 milhões para o Rio Grande do Sul e o anúncio de um pacote de US\$ 2 bilhões para outros estados. Ainda não se viu, porém, nenhuma demissão e nenhum gesto que pudessem corroborar as sobreditas intenções. Por isto, as pedras.

E por que não fechar a Valec se não há mais Norte-Sul? Por que não liquidar os bancos estaduais, sob intervenção, para evitar que, uma vez limpos, voltem a ser sujos outra vez? Por que não mandar o Pedro Simon vender uma usina hidroelétrica para fazer caixa?

O problema é sempre o mesmo. Faltam estrutura e vontade política. Já, já, vão voltar com a eterna baboseira de regular o uso de carros

chapas-brancas e ficar por aí mesmo. E, como a idéia fiza do doutor Sarney é de cargo a qualquer preço, é questão de dias para começar a ganstancia em busca de sustança. Podem apostar.

Está bem que o Brasil é um clube e que todos os sócios têm de pagar, quem ou não, as besteirolas de sua diretoria. Até aí, tudo bem. Segue-se, entretanto, a pergunta: Será que alguma associação manteria tal diretoria, comprovadas a perulância e a incompetência?

Ora, não sabemos nem se algum clube de vida real aceitaria um Sarney na sua presidência. Os melhores talvez nem o quissem de sócio. Como diria o imortal Marx (Groucho): "Não posso ser sócio de um clube que me aceite como sócio". Então, o que não dá para atinar é por que o grande clube Brasil deva continuar a sofrer esta presidência, ainda em vias de ser piorada, pela sagração de um diabólico consulado, com Ulysses na outra cadeira.

O baile começa a virar arrastapé de quadrilha. E tempo de São João. Vem bomba por aí.

Faltam de quadrilha, uma rápida meditação sobre o escândalo do Banespa. Aparentemente, seu custo equivale a US\$70 milhões, ou seja, 35.000 casas populares ou, ainda, 100 milhões de quilos de arroz. Tudo a ser pago com a participação do povo, sem teto e sem comida. Que também vai pagar os 10 mil quilos de feijão que o senhor Ceccato gastou esta semana, comprando as primeiras páginas dos jornais.

É blitzteft. Nunca tão poucos roubaram tanto, em tão pouco tempo. Um recorde de assustar o próprio senhor Marin.

E é nisso, prezado e enraivecido leitor, que vai o seu suado tutuzinho. Buracos e roubos. A festa ainda não acabou.

EMENDA 1

No capítulo gastos inúteis, um dos mais escandalosos, dotados e desmoralizantes são aqueles feitos com os chamados marajás. É o desembargador de Alagoas ganhando mais que o presidente da IBM, o escrivão da Câmara de Suzano recebendo 20 vezes mais que o torneiro mecânico da Ford, é o major da PM vencendo mais que 40 professores ou dois diretores de multinacional. E tudo com dinheiro furtado dos salários e roubado das cadernetas de poupança.

É difícil e complicado, juridicamente, acabar com essa lepra. É o tal "direito adquirido", mazel de povos incivilizados. O único jeito é fazê-lo agora, já que a Constituinte pode tudo. Inclusive matar os detestáveis marajás.

Seu fim está ao nosso alcance, se pressionarmos muito e muito esta Constituinte de surdos e burros.

Abaixo, uma proposta de emenda. Faltam 29.999 assinaturas. A próxima pode ser a sua:

Art 1: Nenhum servidor público, civil ou militar, ativo ou inativo, federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, perceberá, em qualquer um mês, computados os salários, as gratificações, os abonos, as vantagens e os benefícios de qualquer natureza, inclusive de moradia e de condução, vencimentos globais que excedam o salário percebido, naquele mesmo mês, por um ministro do Supremo Tribunal Federal.

§ 1 — A este salário-referência, para efeitos do disposto no caput e cálculo, não serão acrescidas quaisquer vantagens porventura percebidas pelo seu beneficiário e este será o Vencimento Máximo do Servidor.

§ 2 — O Vencimento Máximo do Servidor será publicado, a cada mês, no Diário Oficial da União.

EMENDA 2

A coluna agradece as manifestações de apoio a seu projeto de emenda, visando a representação efetivamente proporcional do eleitorado na Câmara Federal.

Ficou faltando o texto. Ei-lo: "Art 1: A Câmara dos Deputados é composta por 500 deputados eleitos pelo voto direto, secreto, distrital e proporcional.

§ 1 — Os distritos serão delimitados pela Justiça Eleitoral e não ultrapassarão as fronteiras de cada estado, território ou do Distrito Federal.

§ 2 — Qualquer uma dessas unidades da Federação terá pelo menos um distrito eleitoral.

§ 3 — Nenhum distrito eleitoral contará com mais de 22 centésimos de 1%, ou menos de 18 centésimos de 1% do eleitorado nacional, respeitado apenas o disposto no § 2."

Aos que acusam a emenda de "paulistada", é bom lembrar que, a prevalecer o atual projeto, os maiores prejudicados, em relação à atual posição, serão os estados médios-grandes como Minas, Paraná etc, que perderão cadeiras. São Paulo ficará na mesma porcaria.

Aos paulistas que, por medo de ferir susceptibilidades, envergonham-se de pleitear o seu direito, de um voto igual ao do botocudo roraimense, diz-se apenas que são tolos, atacados da covardia maligna e endêmica que corrói a noção de cidadania neste país. Que não merecem o seu voto. E que é por atitudes assim que o Brasil não vai para a frente.

A coluna, por seu lado, está pronta a emprestar sua colaboração a qualquer iniciativa de emenda que vise a matar os marajás e vivificar o voto. Pede, inclusive, sugestões e correções aos textos aqui propostos. Pede, também, mais apoio.